



Senadores marcam votação da reforma política: 21 de março

Sessão vai analisar referendo sobre sistema eleitoral, financiamento público de campanha e novas datas de posse

As três propostas relativas a reforma política que já estão prontas para votação em Plenário ganham prioridade, de acordo com sugestão de líderes, e serão examinadas num só dia. Também podem ser incluídas na votação as novas regras para coligações partidárias, caso não haja emendas nas sessões de discussão.

Outras duas questões ainda aguardam posição da Comissão de Constituição e Justiça porque receberam emendas em Plenário: regras para suplência de senador e fidelidade partidária. **3**



Rodrigo Lima / Nitro

Projeto de financiamento público de campanha destina ao Tribunal Superior Eleitoral recursos a serem aplicados nas eleições por partidos e candidatos

Debate proposto pela CNBB reforça saúde pública, diz Jucá

Líder do governo acredita que Campanha da Fraternidade envolverá

a sociedade e os governos de todos os níveis na busca de soluções. **4**



Campanha da Fraternidade 2012
Fraternidade e Saúde Pública

11 de abril - Domingo de Ramos - COLETA NACIONAL DA SOLIDARIDADE



Pedro França/Senado Federal

Ana Amélia afirma que Dilma já discute o assunto com assessores

Parlamentares defendem Ficha Limpa no Executivo

Vários senadores pediram, em seus pronunciamentos na sexta-feira, que a presidente Dilma Rousseff acolha a recomendação da Controladoria-Geral da União e adote os critérios da Ficha Limpa no preenchimento de cargos. **2**



Pedro França/Senado Federal

Segundo Pedro Simon, vários ministros são favoráveis à ideia

Senado divulga locais do concurso **4**

Situação dos brasiguaios será debatida hoje **2**

Comissão discute o fim do fator previdenciário **4**

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

www.senado.gov.br/jornal



Ana Amélia, Alvaro Dias, Pedro Simon e Rodrigo Rollemberg defendem que recomendação da CGU seja confirmada em decreto. Pedro Taques recolhe assinaturas para extensão ao serviço público de todo o país

Senadores pedem a Dilma Ficha Limpa no Executivo

OS CRITÉRIOS DA Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135 de 2010) deveriam ser seguidos em todos os cargos do Executivo, conforme recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU). Essa é a opinião de Ana Amélia (PP-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que sexta-feira fizeram discursos defendendo que a presidente Dilma Rousseff estabeleça isso em decreto.

Ana Amélia informou que Dilma já discute o assunto com a Casa Civil, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Relações Institucionais e a Advocacia-Geral da União. A senadora ressaltou que câmaras de vereadores, assembleias legislativas e prefeituras

pensam em adotar a ficha limpa na administração pública. Ela defende mais rigor para evitar que políticos corruptos ingressem ou permaneçam na política. Para isso, em sua visão, devem ser adotadas outras medidas complementares, como a reforma política. A senadora disse defender o aumento de risco para as atividades corruptas para reforçar o comportamento ético dos agentes públicos.

Em aparte, Alvaro ressaltou que a Lei da Ficha Limpa extrapola as fronteiras do país. Ele informou que o Senado do Paraguai manifestou interesse em conhecer essa lei brasileira. Na avaliação do senador, a lei é importante para afastar os maus políticos e atrair pessoas éticas para a política.

— Pessoas talentosas, que se recusam a participar da atividade política para não conviver com cenário de promiscuidade, podem participar quando políticos corruptos forem afastados — disse Alvaro.

Simon reiterou que, se a presidente cancelar a recomendação da CGU, “vai marcar um gol de placa para seu governo, com autoridade”. Ele afirmou que a extensão da Ficha Limpa ao Executivo é um desejo não só do ministro Jorge Hage, que está à frente da CGU, mas também dos ministros Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e José Eduardo Cardoso, da Justiça.

Além dessa iniciativa, Simon também defende uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que o senador Pedro Taques (PDT-MT) quer apresentar em breve. A proposição estende a aplicação da Ficha Limpa ao serviço público em todo o país. Para apresentar a PEC, Taques está recolhendo as assinaturas de seus colegas. Já assinaram o pedido Alvaro Dias, Ana Amélia, Rollemberg e o próprio Simon.

— A proposta de Pedro Taques é muito importante, mas não estou otimista. Acho que ela terá uma longa trajetória nesta Casa. E lá na outra Casa [a Câmara dos Deputados], tem muita gente que não quer aprovar isso — lamentou o senador do PMDB.



Ana Amélia defende reforma política e outras medidas complementares



Simon quer a adoção da medida no serviço público de todo o Brasil

CRE trata das relações do Brasil com países vizinhos

As relações do Brasil com os países sul-americanos são o tema do debate que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 18h. A audiência pública foi solicitada pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

Além da situação dos brasileiros que possuem terras na Bolívia e no Paraguai, a CRE

debaterá as consequências para a economia brasileira de medidas adotadas pela Argentina. A relação do Brasil com a Venezuela e a posição do Mercosul ante a realidade da América do Sul também estarão em pauta.

Estão convidados para a audiência o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio

Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto, e o vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), embaixador José Botafogo Gonçalves. Completam a lista a advogada Marilene Sguarizi e o professor da Escola Superior de Guerra (ESG) Darc Antonio da Luz Costa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Plenário Homenagem ao Rotary

11h Sessão especial pelos 107 anos de fundação do Rotary Internacional.

CDH Aposentados e pensionistas

9h Audiência sobre fim do fator previdenciário e reajuste de aposentados e pensionistas.

CRE Brasiguaios

18h Audiência pública sobre a situação dos brasiguaios, entre outros assuntos.

Terça-feira

CMA Aviação civil

8h30 Audiência pública sobre aviação civil. Depois, votação de 33 itens, incluindo diretrizes gerais da política urbana e criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

CAE Comissão de Valores Mobiliários

10h Sabatina de Roberto Tadeu Antunes Fernandes, indicado para diretor da CVM. Às 11h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, debate política monetária.

CE Máximo de alunos

11h Análise de projeto que estabelece número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio e de proposta que cria a Bolsa-Artista.

CDR Condomínios

14h Obrigatoriedade da individualização das tarifas de saneamento nos condomínios.

CCJ Competências na Justiça

14h Audiência pública sobre competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça.

Quarta-feira

CCT Deficiência auditiva ou da fala

9h Audiência pública sobre prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

CAS Planos de saúde privados

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que trata do dano moral no caso da recusa de cobertura por parte dos planos de saúde privados.

CE Ministro apresenta diretrizes

10h Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participa de audiência pública.

CCJ Recursos judiciais

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

Quinta-feira

CI Leilões dos aeroportos

9h Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza audiência pública sobre os leilões dos aeroportos com representantes do governo, da Anac e da Infraero.

Presidência Estatuto da Cidade

10h Lançamento de campanha sobre o Estatuto da Cidade.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Direitos Humanos (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Agendamento das votações de várias propostas sobre o tema numa única data segue sugestão de líderes, priorizando matérias já prontas para análise do Plenário

Senado vota reforma política em 21 de março

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE campanha, referendo para mudar o sistema eleitoral e alteração na data de posse de presidente, governadores e prefeitos devem ser votadas dia 21 de março no Plenário do Senado. Também podem ser incluída na votação novas regras para coligações partidárias, caso não haja emendas durante as sessões de discussão.

Ao optar por concentrar a votação das matérias da Reforma Política em uma sessão exclusiva, o presidente do Senado, José Sarney, seguiu sugestão dos líderes: dar prioridade ao exame das proposições já prontas para votação em Plenário.

O projeto que estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais (PLS 268/11) foi aprovado no ano passado, em votação final, pela Comissão de Constituição e Justiça, com placar apertado. A matéria poderia ter ido

direto para a Câmara dos Deputados, mas recebeu recurso para ser votada pelo Plenário do Senado.

Outra matéria pronta para votação, em primeiro turno, é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/11, que muda a data da posse de presidente da República para o dia 15 de janeiro e a de governadores e prefeitos para 10 de janeiro. A proposta recebeu emenda no Plenário, já aprovada na CCJ, para determinar que os mandatos dos deputados estaduais e distritais eleitos em 2014 sejam encerrados em 31 de janeiro de 2019. Essa emenda visa unificar a data de posse dos deputados estaduais e distritais em todo o país.

Os senadores também devem decidir, em primeiro turno, sobre a PEC



42/11, que determina que qualquer alteração no sistema eleitoral dependerá de aprovação em referendo popular. PECs precisam passar por dois turnos de discussão e votação.

Coligações

A PEC 40/11, que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (para presidente da República, governador e prefeito) também

Veja o que está em pauta

MATÉRIAS PRONTAS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO

PLS 268/11 Financiamento público de campanha: destina recursos ao TSE correspondentes a R\$ 7 por eleitor, a serem aplicados por partidos e candidatos em campanhas.

PEC 38/11 Data de posse e duração de mandato: estabelece posse do presidente em 15 de janeiro e de governador e prefeito em 10 de janeiro. Mandato de cinco anos foi rejeitado.

PEC 42/11 Referendo: estabelece que lei ou emenda constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo.

MATÉRIA EM FASE DE DISCUSSÃO EM PLENÁRIO

PEC 40/11 Coligações: permite coligações eleitorais apenas nas eleições para presidente, governador e prefeito.

MATÉRIAS NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

PLS 266/11 Fidelidade partidária: prevê perda de mandato por desfiliação partidária quando não se configure fusão de legenda, desvio de programa e grave discriminação pessoal.

PEC 37/11 Suplência de senador: reduz de dois para um os suplentes de senador e veda eleição de suplente que seja cônjuge ou parente do candidato.

PEC 43/11 em conjunto com PEC 23/11 Sistema eleitoral: institui o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas para a Câmara, com alternância de um nome de cada sexo.

PROJETOS APROVADOS PELO SENADO E ENVIADOS À CÂMARA

PLS 265/11 Domicílio eleitoral: veda transferência de domicílio eleitoral de prefeito e vice durante o mandato.

pode ser incluída na pauta do Plenário do dia 21 de março para votação em primeiro turno, mas antes precisa passar por cinco sessões de discussão, já programadas para os dias

13, 14, 15, 20 e 21.

A votação dessa PEC poderá ser adiada caso a matéria receba emendas de Plenário, que precisarão ser analisadas pela CCJ.

Comissão reexamina suplência de senador e fidelidade partidária

Outras duas matérias que integram o conjunto de propostas da reforma política receberam emendas de Plenário e agora aguardam posição da CCJ: a PEC 37/11, que muda as regras para suplência de senador, e o PLS 266/11, que trata da fidelidade partidária.

A PEC 37/11 reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe que o suplente seja cônjuge ou parente do candidato ao Senado. Também estabelece que sejam convocadas novas eleições no caso de vacância permanente do cargo. A emenda de Plenário, de Romero Jucá (PMDB-RR), prevê que, em caso de vacância decorrente de homicídio do titular, o suplente será convocado, para assegurar que um aliado político assumirá o mandato. Luiz Henrique (PMDB-SC) emitirá o parecer sobre a emenda.

Quanto à fidelidade partidária, a CCJ já havia aprovado projeto prevendo que não

ocorrerá perda de mandato quando a desfiliação partidária ocorrer por justa causa, ou seja, por incorporação ou fusão de legenda, desvio de programa partidário e grave discriminação pessoal.

A CCJ excluiu a criação de novo partido como justa causa para desfiliação partidária, mas essa possibilidade foi reapresentada em emenda de Plenário, em exame na comissão. Demóstenes Torres (DEM-GO) será o relator.

Um dos temas mais polêmicos da reforma também voltou à CCJ: a proposta (PEC 43/11) que institui o sistema eleitoral proporcional de listas fechadas nas eleições para a Câmara dos Deputados. A proposta, que tramita em conjunto com a PEC 23/11, foi rejeitada na CCJ, mas recebeu recurso para votação em Plenário. Requerimento para que as propostas tramitem em separado levou as matérias de volta à comissão.



Um dos projetos em discussão prevê que qualquer mudança no sistema eleitoral deverá ser aprovada em um referendo



Senador enfatiza que vários projetos sobre o assunto foram engavetados

Alvaro não crê em reforma política durante governo Dilma

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou em pronunciamento, na sexta-feira, não acreditar que a reforma política seja feita durante o atual governo. Para ele, a reforma só receberá adesão dos parlamentares quando a presidente Dilma manifestar interesse em realizá-la.

— Eu não sou capaz de gerar uma falsa expectativa

de que vamos fazer reforma política, porque não acredito que a façamos, nesse regime presidencialista forte, com um instrumento poderosíssimo que se chama medida provisória, sendo a Presidência da República quem legisla muito mais à frente e além de nós.

O senador disse que o Congresso tem aprovado, nos

últimos 20 anos, vários projetos elaborados por comissões especiais que acabaram engavetados.

Na avaliação do líder do PSDB, a intenção da maioria dos parlamentares é manter o modelo vigente, segundo ele “superado”.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que

os parlamentares também são responsáveis pela demora na elaboração da reforma política. Ele afirmou que os congressistas estão acomodados com o atual modelo, que inclui a aceitação de MPs.

— O que é mais escandaloso é que nós nos adaptamos [às medidas provisórias] — avaliou Simon.

Locais do concurso do Senado serão divulgados hoje

Nota da Comissão do Concurso do Senado divulgada na sexta-feira informa sobre a convocação das provas.

“Será publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 27 de fevereiro, o Edital de Convocação para as provas do concurso público do Senado Federal. Neste mesmo dia, no site da Fundação Getúlio Vargas (www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11), os candidatos poderão consultar, mediante o fornecimento de dados relativos à inscrição, seu Cartão de Informação, contendo o local, o endereço e a sala em que realizarão a prova.

As provas acontecem no dia 11 de março, domingo, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal. Os candidatos aos cargos de consultor legislativo, técnico legislativo e policial legislativo realizarão as provas no período da manhã, de 8h às 13h. Já os candidatos ao cargo de analista legislativo farão as provas à tarde, de 15h às 20h30min. Será observado o horário oficial de Brasília, razão pela qual se recomenda aos candidatos especial atenção.”

Governo tem pressa na votação do Funpresp, diz Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), espera que os senadores votem o projeto (PL 1.992/07) que cria o fundo de previdência dos servidores (Funpresp) em até 45 dias após a chegada da Câmara dos Deputados.

— A matéria é importante e é preciso que o Senado se debruce sobre ela, mas queremos votar num prazo rápido, pois se trata de tema relevante e o governo tem pressa — comentou o senador na sexta-feira.

A pauta do Plenário está travada por três medidas provisórias cuja validade acabará em 8 de março, mas Jucá disse ter certeza de que, apesar do prazo exíguo, a Casa irá debater e votar as três matérias.

Já o projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tem, de acordo com o líder do governo, pontos pendentes como o desconto de 50% nas passagens. Por isso, ele acredita que o debate será ampliado à medida que o projeto tramita nas comissões da Casa.

O líder do governo enfatizou que, apesar do contingenciamento de recursos do Orçamento, o Congresso garantiu uma ampliação das verbas destinadas à saúde e votou matérias importantes para a área

Jucá: campanha da CNBB amplia debate sobre saúde

A ESCOLHA DA saúde pública como tema da Campanha da Fraternidade de 2012, com o lema “Que a saúde se difunda sobre a terra”, vai possibilitar a ampliação do debate sobre a questão da saúde, envolvendo a sociedade e todos os níveis de governo na busca de soluções. A opinião é do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que falou sobre o assunto em Plenário na sexta-feira.

O tema é de interesse geral, afirmou Jucá, assinalando que o Congresso vem votando matérias importantes para a área da saúde. Apesar do contingenciamento, o senador apontou que a Comissão Mista do Orçamento (CMO) ampliou os recursos orçamentários para a saúde neste ano.

Roraima Legal

Jucá referiu-se ainda ao lançamento, hoje, do Programa Roraima Legal, em seu estado. O líder confirmou sua presença na solenidade, junto com o governador José de Anchieta e



Romero Jucá vê na Campanha da Fraternidade compromisso com saúde pública

o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence. O Roraima Legal é um desdobramento de programa de regularização fundiária em curso no estado e tem como meta atender pequenos agricultores. Serão beneficiados agora 18 mil produtores, informou.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibilizou R\$ 20 milhões para as ações, recursos a serem aplicados na compra de equipamentos e veículos para a fiscalização, atividades de vistoria e o georreferenciamento das áreas, uma despesa que os

agricultores não podem bancar, conforme o senador. As ações de regularização tiveram início há oito anos e envolveram a passagem de terras da União para o domínio do estado, em ato assinado pelo ex-presidente Lula.

Jucá também ressaltou programa de capacitação de cooperativas e associações rurais indígenas em Roraima, que assim vão ter acesso à Rede Brasil Rural, ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário que tem o objetivo de habilitar as cooperativas na comercialização de seus produtos.



Arranha-céus em Águas Claras: pelas novas regras, construções nos arredores de Brasília precisam ser aprovadas pelo Iphan

Ação do Iphan protege Brasília, diz Rollemberg

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) elogiou a iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de criar uma zona de proteção em volta da área tombada de Brasília.

Ele falou da portaria com regras para a construção de prédios em pelo menos dez regiões administrativas no entorno da área tombada, como Águas Claras, Lago Norte, Lago Sul, Guarará e Núcleo Bandeirante.

— Temos que cumprimentar o Iphan pela decisão corajosa, mas registrar que, se a medida tivesse sido tomada antes, talvez pudesse ter sido preservada a qualidade de



Rodrigo Rollemberg afirma que Iphan poderia ter criado regras antes

vida que a cidade oferecia há alguns anos — afirmou Rollemberg.

O senador disse que Brasília foi exposta a danos irreversíveis em decorrência de intenso processo de invasões de grilagem de áreas públicas

nos últimos anos.

Rollemberg disse que as ações envolveram inclusive “grilagem aérea”, com edifícios que foram construídos acima da altura permitida. Isso, segundo o senador, ocorreu com a “convivência do poder público com pessoas influentes da cidade”.

— Brasília não pertence apenas aos brasilienses, mas a todos os brasileiros. É importante garantir que esse bem seja preservado na sua concepção original, tão singular e diferente que possibilitou à cidade ser o único bem da era moderna a ser tombado pela Unesco apenas 27 anos depois de sua inauguração — disse.

Comissão discute fim do fator previdenciário

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública hoje, às 9h, para debater o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. Paulo Paim (PT-RS) requereu o encontro.

Foram convidados os presidentes da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva; da CUT, Artur Santos; da Central dos Trabalhadores do Brasil, Wagner Gomes; e da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto; o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Ramos; o 1º vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Oliveira; o presidente da Confederação de Aposentados e Pensionistas, Warley Gonçalves; o representante da Central Sindical e Popular, Atnágoras Lopes; o secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Carlos Gabas; e o presidente da Anfip, Álvaro de França.

Homenagem ao Rotary Club em sessão especial

O Senado faz hoje, a partir das 11h, sessão especial em homenagem aos 107 anos de fundação do Rotary Internacional, em iniciativa de Valdir Raupp (PMDB-RO).

Sob o lema “Dar de si antes de pensar em si”, o Rotary, primeiro clube de prestação de serviços do mundo, foi fundado nos Estados Unidos em 1905. Em menos de duas décadas, o Rotary contava com clubes nos seis continentes.

O Rotary presta serviços voluntários de educação, saúde, treinamento profissional e combate à fome. Nesses 107 anos de história, passaram pela associação o escritor Thomas Mann, o intelectual Albert Schweitzer e o compositor Jean Sibelius. Atualmente, 1,2 milhão de rotarianos integram cerca de 33 mil Rotary Clubs em mais de 200 países.



Raupp propôs a homenagem ao clube centenário que faz serviços voluntários